

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.519.412 - PE
(2019/0168223-3)**

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
REQUERENTE : ALDENES CARNEIRO DA SILVA
REQUERENTE : ULISSES FRANCISCO DA SILVA
ADVOGADO : JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA JÚNIOR - PE015501
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
INTERES. : SEBASTIAO ANTONIO FELIX
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO MUNIZ COELHO - PE022535

DECISÃO

Trata-se de petição protocolizada por Aldenes Carneiro da Silva e Ulisses Francisco da Silva na qual pugnam pela revogação do decreto de prisão, com determinação de expedição de contramandado, haja vista o novo entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido da impossibilidade de execução da pena antes do trânsito em julgado.

Como é de conhecimento, até data recente, vinha prevalecendo o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, a partir do julgamento do *Habeas Corpus* n. 126.292/SP, no sentido de que a manutenção da sentença pelo Tribunal de Justiça encerrava a análise probatória, ficando autorizada, a partir de então, a execução da pena.

A propósito, transcrevo a ementa do referido julgado:

CONSTITUCIONAL. HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (CF, ART. 5º, LVII). SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA CONFIRMADA POR TRIBUNAL DE SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE. 1. A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal. 2. Habeas corpus denegado (HC n. 126.292, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 17/2/2016, DJe 17/5/2016).

Entretanto, após o julgamento do mérito das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54, o Supremo Tribunal Federal restabeleceu seu entendimento anterior, no sentido da impossibilidade de se iniciar o cumprimento da pena antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Por oportuno, transcrevo trecho da notícia trazida no portal do Supremo Tribunal Federal:

(...), por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é constitucional a regra do Código de Processo Penal (CPP) que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado da condenação) para o início do cumprimento da pena. Nesta quinta-feira (7), a Corte concluiu o julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) 43, 44 e 54, que foram julgadas procedentes (Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=429359&ori=1>).

Portanto, encontra-se atualmente consolidado o entendimento de que **a execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da condenação viola o princípio constitucional da presunção de inocência**. Assim, a prisão antes do esgotamento dos recursos somente poderá ser efetivada em caráter cautelar, de forma individualizada, com a demonstração da presença dos requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal.

Na presente hipótese, determinou-se "a execução imediata da sentença após o exaurimento dos recursos na instância ordinária" (e-STJ fl. 3.477). Observa-se, portanto, que, embora os pacientes tenham respondido ao processo em liberdade, a prisão foi decretada, por ocasião do julgamento da apelação, unicamente com base no precedente do Supremo Tribunal Federal, o qual se encontra atualmente superado, motivo pelo qual se verifica evidente constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **defiro o pedido** para suspender a execução da pena dos peticionários, nos termos do entendimento firmado pelo Supremo

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal Federal no julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54, **até o trânsito em julgado** da sentença condenatória correspondente.

Comunique-se, com urgência, às instâncias ordinárias, encaminhando-lhes o inteiro teor da presente decisão.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator